

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Questão 1

A respeito da teoria da constituição, julgue os itens seguintes.

- I A Constituição Federal de 1988 é oriunda de procedimento de poder constituinte indireto.
- II A recepção das normas pré-constitucionais pela Constituição Federal de 1988 foi realizada de maneira expressa pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- III A Constituição Federal de 1937 ficou conhecida como Constituição Polaca.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 2

Karl Loewenstein, filósofo alemão, promoveu importantes estudos em direito constitucional, que influenciaram e ainda influenciam importantes correntes de pensamento. Loewenstein aduziu uma classificação própria das Constituições. A seguir é apresentado trecho adaptado da doutrina, acerca de uma das espécies de Constituição propostas pelo filósofo.

São formalmente válidas, mas alguns dos seus preceitos ainda não foram ativados na prática real. Na visão de Loewenstein, nesses casos, a situação real não permite a transformação das normas constitucionais em realidade política, mas ainda se pode esperar que, com o tempo, elas sejam implementadas concretamente. (Gilmar F. Mendes e Paulo G. Gonet Branco. **Curso de Direito Constitucional**. Série IDP, 16.^a ed., 2021)

Esse trecho da doutrina se refere, na classificação de Loewenstein, à Constituição

- A programática.
- B nominal.
- C garantia.
- D normativa.
- E semântica.

Questão 3

Acerca da organização do Estado brasileiro e das relações entre os entes federativos, assinale a opção correta.

- A É constitucional vincular reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- B Em regra, é vedado aos entes federativos subvencionar cultos religiosos ou manter relações de dependência ou de aliança com representantes de igrejas.
- C É necessária autorização legislativa específica para que o Poder Executivo promova desestatização de empresas estatais.
- D Em regra, as Constituições estaduais podem estender o foro de prerrogativa de função para autoridades estaduais cujos similares na esfera federal não possuam tal direito.
- E É indispensável autorização legislativa para a alienação de controle acionário de empresas estatais subsidiárias.

Questão 4

Acerca da nacionalidade, julgue os próximos itens.

- I A legislação brasileira, diferentemente do que ocorre em outros países, não permite que uma pessoa detenha mais de uma nacionalidade.
- II São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- III O naturalizado brasileiro pode perder a nacionalidade brasileira, mas o brasileiro nato, não.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 5

No que se refere ao processo legislativo, julgue os seguintes itens.

- I O Poder Legislativo pode emendar projeto de lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, ainda que da emenda decorra aumento de despesa.
- II É formalmente inconstitucional propositura legislativa do Parlamento que institua renúncia de receita, mas que não apresente a estimativa de impacto financeiro e orçamentário.
- III O Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo se observar estrita pertinência temática.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 6

Considerando a relação normativa entre os diversos níveis de governo, julgue os itens subsequentes.

- I É constitucional a vinculação entre o subsídio dos deputados estaduais e dos deputados federais, em razão da simetria de funções.
- II Emenda a Constituição estadual pode prever, como limite máximo remuneratório dos servidores públicos estaduais, o valor integral do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- III É inconstitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de dez anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela administração pública estadual.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Nenhum item está certo.

Questão 7

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta, acerca dos governos estaduais e seus limites constitucionais.

- A Constituição estadual pode prever rol de autoridades sujeitas à fiscalização do Poder Legislativo estadual maior do que aquele previsto na CF.
- Desde que haja previsão na Constituição estadual, é viável a instituição de procuradoria jurídica própria para a administração indireta.
- Constituição estadual pode prever hipótese de intervenção em municípios não contemplada na CF, desde que se observem os princípios gerais federativos.
- Por simetria ao previsto constitucionalmente em relação ao presidente da República, Constituição estadual pode prever a necessidade de que a assembleia legislativa conceda licença prévia para que o governador de estado seja processado judicialmente por crime comum.
- Titular de qualquer órgão diretamente subordinado à Presidência da República comete crime de responsabilidade ao recusar-se a prestar informações requeridas pelas Mesas da Câmara Federal dos Deputados.

Questão 8

Considerando que, após o encerramento de concurso público realizado por determinado município, a câmara de vereadores tenha nomeado Carlos para o cargo público respectivo, assinale a opção correta, acerca do controle externo não judicial da administração pública.

- O ato do tribunal de contas que negue registro de admissão de pessoal pode ser revisto pelo Poder Legislativo respectivo.
- Na situação em apreço, configura-se ato complexo de admissão de pessoal, que somente se perfectibiliza após a apreciação pelo tribunal de contas competente.
- A análise, pelo tribunal de contas estadual, do ato de admissão de Carlos violaria o princípio federativo, ainda que inexistia tribunal de contas municipal nesse caso.
- O Ministério Público junto ao tribunal de contas possui autonomia administrativa e financeira, por simetria ao Ministério Público comum.
- A apreciação externa, por um tribunal de contas, do ato de admissão de Carlos pode ser formalmente dispensável, conforme a população existente no município.

Questão 9

No que concerne ao entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca de direitos fundamentais e sociais, assinale a opção correta.

- É constitucional lei ordinária que obrigue a manutenção de livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.
- É vedada a vacinação forçada de pessoas que relutem em imunizar-se, razão pela qual a vacinação não pode ser considerada de ordem obrigatória.
- O direito constitucional de reunião demanda aviso prévio registrado e formal à autoridade competente, a fim de que se garanta a segurança dos participantes.
- É constitucional a determinação de que a participação de trabalhadores nos lucros ou resultados de empresas estatais observe diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo ao qual tais empresas estatais estejam sujeitas.
- A vedação à expulsão de estrangeiro que tenha filho brasileiro condiciona-se a que o nascimento ou o vínculo socioafetivo tenha sido estabelecido antes do fato ensejador de expulsão.

Questão 10

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Estado poderá intervir em seus municípios quando

- I deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- II for necessário garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- III não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.

Assinale a opção correta.

- Apenas o item I está certo.
- Apenas o item II está certo.
- Apenas os itens I e III estão certos.
- Apenas os itens II e III estão certos.
- Todos os itens estão certos.

Questão 11

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- É incabível arguição de descumprimento de preceito fundamental em face de omissão legislativa municipal.
- Governador de estado afastado apenas cautelarmente de suas funções não perde a legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- Os tribunais de justiça devem observar a cláusula *full bench* para apreciar a compatibilidade de norma pré-constitucional para com a Constituição Federal de 1988.
- Leis municipais e normas pré-constitucionais não podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
- O efeito vinculante e a eficácia *erga omnes* das decisões em sede de controle concentrado de constitucionalidade não alcançam o Poder Legislativo nem o próprio Supremo Tribunal Federal.

Questão 12

Com relação aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A suspensão de direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado incidirá quando a pena aplicada for restritiva de direitos.
- O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau de parentesco ou por adoção, de governador de estado são inelegíveis nesse mesmo estado.
- O analfabeto, embora lhe seja obrigatório o exercício do voto, é considerado inelegível pela Constituição Federal de 1988.
- Parlamentares federais, estaduais e municipais elegem-se pelo sistema proporcional de eleição.
- Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é permitido terceiro mandato de chefe de Poder Executivo municipal, desde que em municípios diversos.

Questão 13

Suponha que determinado governador de estado tenha nomeado:

- Lúcio, seu tio, para cargo em comissão em seu gabinete;
- Ana, sua prima, para chefe de seu gabinete;
- Tatiana, sua filha, aprovada em concurso público, para o cargo de auditor fiscal do estado.

Nessa situação hipotética, foi respeitado o princípio da moralidade administrativa, por não se ter contrariado a vedação ao nepotismo, somente na nomeação de

- Ana.
- Lúcio e na de Tatiana.
- Lúcio e na de Ana.
- Ana e na de Tatiana.
- Tatiana.

Questão 14

A contratação de pessoal por serviço social autônomo

- Ⓐ depende de concurso público, pois esse tipo de serviço, embora possua natureza jurídica de direito privado, integra a administração pública.
- Ⓑ independe de concurso público, pois esse tipo de serviço possui natureza jurídica de direito privado e não integra a administração pública.
- Ⓒ depende de concurso público, pois esse tipo de serviço possui natureza jurídica de direito público e integra a administração pública.
- Ⓓ depende de concurso público, apesar de esse tipo de serviço possuir natureza jurídica de direito privado e não integrar a administração pública.
- Ⓔ independe de concurso público, apesar de esse tipo de serviço possuir natureza jurídica de direito privado e integrar a administração pública.

Questão 15

Em determinado estado da Federação, um preso ajuizou ação contra o Estado, requerendo indenização por ressarcimento de danos, inclusive morais, em razão da insuficiência de condições legais de encarceramento.

Nessa situação hipotética, a ação poderá ser julgada

- Ⓐ improcedente, pois o Estado seria responsável apenas em caso de falta total de condições legais de encarceramento.
- Ⓑ procedente quanto aos danos materiais, se for provado o nexo causal das alegações, e improcedente quanto aos danos morais.
- Ⓒ improcedente, pois, conforme a jurisprudência do STF, não há responsabilidade do Estado por insuficiência ou falta de condições carcerárias.
- Ⓓ improcedente quanto ao dano moral individual, pois a sua possibilidade só se configuraria no âmbito coletivo.
- Ⓔ procedente quanto aos danos materiais e morais, se ficar provado o nexo causal das alegações.

Questão 16

Em determinado órgão público estadual, portaria do seu dirigente máximo instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) contra servidor público, com base em denúncia anônima, sem exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

Nessa situação hipotética, a instauração do PAD deve ser considerada

- Ⓐ legal, se amparada em investigação ou sindicância.
- Ⓑ ilegal, ainda que amparada em sindicância.
- Ⓒ ilegal, porque não pode ser baseada em denúncia anônima.
- Ⓓ ilegal, porque a portaria deveria necessariamente detalhar os fatos.
- Ⓔ ilegal, por contrariar o princípio da autotutela.

Questão 17

Suponha que, em determinada situação em que servidor do estado de Alagoas esteja respondendo a processo administrativo, a punibilidade se extinga pela prescrição. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei estadual n.º 5.247/1991, a autoridade julgadora

- Ⓐ estará impedida de registrar o fato nos assentamentos individuais do servidor, em razão do princípio da inocência.
- Ⓑ estará impedida de registrar o fato nos assentamentos individuais do servidor, em razão do princípio da moralidade.
- Ⓒ estará impedida de registrar o fato nos assentamentos individuais do servidor, em razão do princípio da razoabilidade.
- Ⓓ poderá registrar o fato nos assentamentos individuais do servidor, com base no princípio da legalidade.
- Ⓔ poderá registrar o fato nos assentamentos individuais do servidor, com base no princípio da eficiência.

Questão 18

Edital de concurso público em determinado estado da Federação previu a realização de teste psicotécnico, mas não previu a possibilidade de realização de segunda chamada nos testes físicos.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ o teste psicotécnico poderá ser aplicado mesmo sem estar previsto em lei.
- Ⓑ candidato com impedimento por motivo pessoal de caso fortuito à época da realização dos testes físicos terá direito à remarcação desses testes, mesmo sem essa previsão em edital.
- Ⓒ candidata gestante à época da realização dos testes físicos terá direito à remarcação desses testes, mesmo sem essa previsão em edital.
- Ⓓ candidato com impedimento por motivo pessoal de força maior à época da realização dos testes físicos terá direito à remarcação desses testes, mesmo sem essa previsão em edital.
- Ⓔ candidato com impedimento pessoal fisiológico à época da realização dos testes físicos terá direito à remarcação desses testes, mesmo sem essa previsão em edital.

Questão 19

Na hipótese de o dirigente de órgão público do estado de Alagoas delegar parte de sua competência, o ato de delegação

- Ⓐ poderá restringir-se à edição de ato de caráter normativo.
- Ⓑ será válido mesmo sem publicação em meio oficial.
- Ⓒ abrangerá decisão de recursos administrativos.
- Ⓓ não representará renúncia de sua competência.
- Ⓔ será irrevogável no período da sua concessão.

Questão 20

Determinado órgão público publicou portaria com vício de forma. Depois, publicou ato administrativo concedendo licença e férias a um servidor que não tinha direito à licença. Posteriormente, esse mesmo órgão publicou nova portaria, sem vício de forma, convalidando a anterior, e novo ato administrativo, mantendo apenas a concessão das férias daquele servidor.

Nessa situação hipotética, houve

- Ⓐ ratificação, no caso da portaria, e reforma, no caso do ato administrativo de concessão de férias.
- Ⓑ ratificação em ambos os casos.
- Ⓒ reforma em ambos os casos.
- Ⓓ reforma, no caso da portaria, e conversão, no caso do ato administrativo de concessão de férias.
- Ⓔ conversão em ambos os casos.

Questão 21

Suponha que a junta médica oficial tenha declarado insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez de um servidor público do estado de Alagoas com 60 anos de idade. Nesse caso, deverá ocorrer

- A** o aproveitamento do servidor.
- B** a reversão do servidor.
- C** a readaptação do servidor.
- D** a recondução do servidor.
- E** a reintegração do servidor.

Questão 22

O dirigente de determinado órgão público deixou de prestar contas quando estava obrigado a fazê-lo e, ainda, liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, o dirigente estará sujeito às sanções decorrentes da prática de

- A** atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da administração pública, pelas duas condutas.
- B** ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, pela primeira conduta, e ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito, pela segunda conduta.
- C** ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública, pela primeira conduta, e ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito, pela segunda conduta.
- D** ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública, pela primeira conduta, e ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, pela segunda conduta.
- E** ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, pela primeira conduta, e ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública, pela segunda conduta.

Questão 23

Assinale a opção que apresenta órgão operativo da Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas.

- A** Gabinete do Procurador-Geral
- B** Procuradoria Especializada
- C** Divisão de Recursos Humanos
- D** Departamento de Administração e Finanças
- E** Corregedoria Geral

Questão 24

Um órgão público pretende realizar uma contratação para a realização de obra de engenharia e outra contratação para a prestação de serviço de limpeza, cada uma no valor de R\$ 200 mil.

Nessa situação hipotética, segundo a Lei n.º 8.666/1993, o órgão deverá adotar, como modalidade de licitação,

- A** a tomada de preços, na primeira contratação, e o convite, na segunda contratação.
- B** o convite nas duas contratações.
- C** a concorrência, na primeira contratação, e o convite, na segunda contratação.
- D** a concorrência nas duas contratações.
- E** a tomada de preços nas duas contratações.

Questão 25

Considere que um servidor público e um empregado público do estado de Alagoas participem de processo de composição extrajudicial de conflito no âmbito da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflito. Nessa situação, eles poderão ser responsabilizados, civil, administrativa ou criminalmente, se receberem qualquer vantagem patrimonial indevida, permitirem ou facilitarem sua recepção por terceiro, ou para tal concorrerem, mediante

- A** dolo ou fraude.
- B** dolo ou culpa.
- C** fraude, apenas.
- D** dolo, apenas.
- E** fraude ou culpa.

Questão 26

Em uma reclamação trabalhista, o reclamante formulou pedido de pagamento de horas extras. Na contestação, a empresa negou que o empregado tivesse trabalhado em jornada extraordinária, e juntou cartões de ponto assinados pelo empregado em que tinham sido registrados horários uniformes da jornada de trabalho desse empregado. Na audiência de instrução, não foram ouvidas testemunhas, nem da empresa, nem do empregado.

Nessa situação hipotética, os cartões de ponto

- A** não servem como prova da jornada de trabalho, porque, em qualquer tipo de demanda que pleiteie horas extras, cabe à empresa apresentar outros tipos de provas para negar a existência de jornada extraordinária.
- B** são considerados como prova, podendo ser usados pelo empregado para comprovar a jornada trabalhada.
- C** somente não servirão como prova se o reclamante contestar a autenticidade de sua assinatura.
- D** comprovam a jornada de trabalho efetivamente cumprida, pois a assinatura expressa a concordância do empregado com os registros.
- E** não servem como prova da jornada de trabalho, pois contêm registros uniformes, cabendo à empresa comprovar a jornada por outros meios de prova.

Questão 27

Um empregado de determinada empresa foi eleito suplente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) pelo período de um ano. Antes do término do mandato desse empregado, contudo, a empresa encerrou suas atividades em decorrência de crise financeira irreversível, despediu sem justa causa todos os seus empregados e foi extinta.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A estabilidade dos membros da CIPA é uma garantia pessoal do empregado, de forma que qualquer tipo de extinção da empresa gera o direito a indenização até um ano após o término do mandato para o qual o empregado foi eleito.
- B** Membros suplentes da CIPA somente adquirem a estabilidade se tomarem posse como efetivos durante o mandato.
- C** O referido empregado terá direito à reintegração ao emprego ou ao pagamento de todas as verbas até o término do seu mandato, já que possuía estabilidade por ter sido eleito membro da CIPA.
- D** A estabilidade dos membros da CIPA é uma garantia para as atividades da CIPA; o encerramento das atividades da empresa cessa a estabilidade, não sendo considerada arbitrária a despedida do empregado cipeiro nessas situações.
- E** O referido empregado não terá direito à estabilidade, pois somente membros que tenham sido eleitos como titulares da CIPA possuem o direito à estabilidade em casos como esse.

Questão 28

Acerca de remuneração e salário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Gorjetas não cobradas na nota de serviço, mas fornecidas de forma espontânea pelos clientes, não integram a remuneração do empregado.
- Ⓑ Veículo fornecido pela empresa para uso do empregado, quando considerado indispensável para a realização do trabalho, não possui natureza salarial, ainda que seja utilizado também em atividades particulares do empregado.
- Ⓒ Habitação fornecida pela empresa ao empregado é considerada salário *in natura* em qualquer hipótese, uma vez que é considerada um benefício.
- Ⓓ Gorjetas cobradas na nota de serviço integram a remuneração do empregado, sendo consideradas como base de cálculo de horas extras e repouso semanal remunerado.
- Ⓔ Cigarro fornecido por empresas fabricantes de cigarro aos empregados fumantes é considerado salário *in natura*.

Questão 29

A respeito da representação processual no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Procuradores de estado estão dispensados de juntar aos autos procuração, mas devem comprovar o ato de nomeação.
- Ⓑ Aos procuradores de estado cabe não somente indicar o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, mas também declarar-se exercente do cargo de procurador.
- Ⓒ Havendo pluralidade de advogados atuando em nome de uma parte, o pedido expresso de que as publicações sejam realizadas em nome de um advogado específico deve ser observado, e, caso a publicação seja realizada em nome de outro advogado, ela será considerada nula, independentemente de ter ocorrido ou não prejuízo processual para a parte.
- Ⓓ O *ius postulandi* concede à parte no processo do trabalho litigar em qualquer instância da justiça do trabalho, exceto em casos de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- Ⓔ No caso de procurador que esteja atuando em processo trabalhista de fundações públicas, é necessário haver juntada de procuração específica.

Questão 30

A respeito da organização, da competência e da composição da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ações de indenização por dano moral oriundas de acidente de trabalho devem ser analisadas na justiça federal, e não na justiça do trabalho, pois não dizem respeito à relação de trabalho.
- Ⓑ As comissões de conciliação prévia, por terem competência para pactuar acordos, integram a estrutura da justiça do trabalho.
- Ⓒ A justiça do trabalho é competente para julgar demanda em que o empregado pleiteie indenização do empregador pela falta de fornecimento das guias de seguro-desemprego.
- Ⓓ A justiça do trabalho não é competente para o julgamento de execuções de contribuições previdenciárias.
- Ⓔ Ação que demande complementação de pensão, requerida por viúva de ex-empregado de empresa privada, não deve ser julgada pela justiça do trabalho, pois extrapola a discussão a respeito do contrato de trabalho originário.

Questão 31

Pedro trabalhava como motorista de uma transportadora de cargas. Ana, sua chefe imediata, após ter constatado que a carteira de habilitação desse empregado estava vencida havia 50 dias, alertou-o de que ele deveria renovar o documento. Esse alerta ocorreu em quatro momentos, mas Pedro não tomou nenhuma atitude para regularizar a situação. Em razão disso, a empresa providenciou a demissão do empregado por justa causa.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pedro não poderia ter sido demitido por justa causa, porque, em situações como essa, admite-se apenas a aplicação de advertência.
- Ⓑ A atitude de Pedro constitui desídia, motivo que autoriza a demissão por justa causa.
- Ⓒ Pedro deveria ter sido demitido sem justa causa, pois não houve nenhuma causa autorizadora da aplicação da justa causa nessa situação.
- Ⓓ Como Pedro foi demitido por justa causa, ele deve receber, nas verbas rescisórias, o 13.º salário e as férias proporcionais.
- Ⓔ Pedro não poderia ter sido demitido por justa causa, mas deveria ter sido designado para outra função na empresa, visto que não possuía autorização para dirigir.

Questão 32

Uma pessoa ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública foi exonerada durante o período em que estava realizando tratamento contra leucemia. Ela ingressou com reclamação trabalhista, pleiteando a reintegração ao cargo que ocupava e alegando que havia adquirido a doença em razão do seu trabalho na empresa, que a expunha à radiação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento da jurisprudência do TST.

- Ⓐ Nesse caso, não cabe a reintegração, mas deve haver indenização equivalente a um ano de salário, haja vista a estabilidade adquirida em razão da doença.
- Ⓑ É admitida a reintegração nesse caso; ademais, a obrigatoriedade do combate à discriminação no trabalho abrange as relações de trabalho estabelecidas com a administração pública, seja por meio de concurso público, seja mediante vínculo precário de livre nomeação e exoneração.
- Ⓒ Não é admitida a reintegração ao emprego nesse caso, pois cargo em comissão é de livre nomeação e exoneração.
- Ⓓ Essa pessoa poderá ser reintegrada, desde que comprove que adquiriu a doença em razão do trabalho.
- Ⓔ Não há possibilidade de reintegração no caso de empresa pública, pois essa previsão existe somente para empresa privada.

Espaço livre

Questão 33

Uma empregada foi contratada temporariamente pelo prazo de 8 meses. No sexto mês de vigência do contrato, ela confirmou por exame que estava grávida, encontrando-se no início da gestação. Ao final do prazo de 8 meses estabelecido em seu contrato de trabalho temporário, a empresa rescindiu o contrato.

Nessa situação hipotética, a empregada

- A** não terá direito à estabilidade, mas será assegurado o seu direito de permanecer no trabalho até o parto.
- B** gozará da estabilidade por estar gestante e deverá ser reintegrada ao trabalho.
- C** gozará da estabilidade e não terá direito à reintegração, mas terá direito ao pagamento da indenização correspondente ao período da estabilidade.
- D** não terá direito à estabilidade, mas deverá receber indenização equivalente a 6 meses de salário, como proteção ao período da gravidez.
- E** não terá direito à estabilidade, pois o contrato de trabalho temporário tem prazo certo para o encerramento e foi cumprido integralmente.

Questão 34

A respeito da denominada reforma trabalhista, assinale a opção correta.

- A** Para a configuração de grupo econômico, é suficiente a comprovação da identidade de sócios.
- B** O comparecimento do empregado às dependências da empresa para realização de atividades específicas descaracteriza o teletrabalho.
- C** A efetivação de dispensas imotivadas coletivas depende da anuência prévia da entidade sindical representante da categoria dos empregados.
- D** Não se aplica a regra da prescrição intercorrente no processo do trabalho.
- E** Sindicato, quando atuar como empregador, poderá recorrer de sentença trabalhista efetuando o depósito recursal pela metade.

Questão 35

Com relação a dissídio coletivo, assinale a opção correta.

- A** Sentença normativa pode estabelecer contribuição para entidade sindical para taxa de custeio de sistema confederativo.
- B** Acordo coletivo de trabalho superveniente a uma sentença normativa em vigor somente produzirá sua revogação quando contiver cláusula expressa capaz de revogar o conteúdo da sentença.
- C** A convenção e os acordos coletivos de trabalho devem observar, em todas as disposições, os limites estabelecidos pela lei.
- D** Entidade sindical possui legitimidade para instauração de dissídio coletivo contra uma empresa, ainda que não exista prévia autorização dos trabalhadores envolvidos no conflito.
- E** Constitui objeto ilícito de convenção ou acordo coletivo de trabalho a redução ou supressão da remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno.

Questão 36

A respeito de recursos no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A** O recolhimento de multa imposta por condenação por má-fé é condição para a interposição de recursos de natureza trabalhista.
- B** O prazo em dobro para recorrer é aplicado aos litisconsortes com procuradores distintos no processo do trabalho.
- C** É incabível agravo interno ou agravo regimental contra decisão proferida por órgão colegiado.
- D** Em algumas hipóteses específicas, o TST admite a interposição de recurso de embargos para a SDI contra decisões monocráticas.
- E** Estados e municípios possuem legitimidade para recorrerem em nome de suas autarquias e fundações públicas.

Questão 37

Uma das finalidades da atividade financeira do Estado é

- A** o custeio de atividades privadas.
- B** o custeio das necessidades coletivas.
- C** a intervenção no domínio econômico.
- D** a preservação da livre iniciativa.
- E** o custeio do poder normativo.

Questão 38

Por definição, despesas extraorçamentárias são

- A** as despesas previstas em lei para cobrir obrigações extraordinárias.
- B** as despesas incluídas em restos a pagar.
- C** as despesas que não respeitam a estimativa de receita.
- D** as despesas que não foram empenhadas.
- E** as despesas que não constam do orçamento nem dos seus créditos adicionais.

Questão 39

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, despesas de custeio são as dotações destinadas

- A** à execução de obras públicas e à aquisição de instalações ou equipamentos.
- B** à manutenção de serviços anteriormente criados.
- C** a custear a aquisição de títulos representativos de capital em empresas públicas.
- D** a entidades de direito público ou privado.
- E** a subvenções sociais de caráter assistencial.

Questão 40

As receitas derivadas podem originar-se de

- A** laudêmio.
- B** juros de aplicações financeiras.
- C** alienações patrimoniais realizadas pelo Estado.
- D** explorações empresariais.
- E** contribuições de melhoria.

Questão 41

Integram a dívida ativa tributária os valores advindos de

- A** contribuição de melhoria.
- B** custas processuais.
- C** contribuição especial.
- D** aluguel e taxa de ocupação.
- E** empréstimos compulsórios.

Questão 42

Na soma para o cálculo da receita corrente líquida nos estados, são consideradas, entre outras,

- Ⓐ as transferências constitucionais realizadas a outro ente.
- Ⓑ as transferências recebidas da União por determinação constitucional ou legal.
- Ⓒ as receitas de capital.
- Ⓓ as contribuições dos servidores para custeio de previdência.
- Ⓔ as receitas decorrentes da alienação de bens.

Questão 43

O modelo de orçamento público brasileiro é

- Ⓐ impositivo somente no tocante às emendas parlamentares individuais.
- Ⓑ autorizativo ao Poder Executivo.
- Ⓒ impositivo somente no tocante às emendas parlamentares individuais e de bancadas.
- Ⓓ impositivo somente no tocante às emendas parlamentares de bancadas.
- Ⓔ impositivo ao Poder Executivo.

Questão 44

A lei de diretrizes orçamentárias deve prever

- Ⓐ a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- Ⓑ o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- Ⓒ diretrizes, objetivos e metas de longo prazo para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- Ⓓ demonstrativo regionalizado de efeitos de isenções e anistias.
- Ⓔ reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Questão 45

Nos termos do art. 9.º da Lei de Responsabilidade Fiscal, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes,

- Ⓐ limitação dos pagamentos, que não pode atingir os empenhos e as obrigações já assumidas com os fornecedores.
- Ⓑ limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- Ⓒ limitação dos gastos relativos às obrigações legais do ente.
- Ⓓ limitação dos gastos com despesas de capital e serviços da dívida.
- Ⓔ limitação da movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei orçamentária anual, resguardados os empenhos.

Questão 46

A lei orçamentária anual deverá consignar

- Ⓐ evolução do patrimônio líquido, inclusive nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- Ⓑ dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro que esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
- Ⓒ avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.
- Ⓓ demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- Ⓔ avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

Questão 47

De acordo com a doutrina civilista, a antinomia de segundo grau aparente ocorre no conflito entre

- I uma norma superior anterior e uma norma inferior posterior.
- II uma lei delegada anterior e uma lei ordinária posterior.
- III uma norma geral superior e uma norma especial inferior.
- IV uma lei delegada geral e uma lei ordinária especial.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I, III e IV estão certos.

Questão 48

Assinale a opção que relaciona corretamente a pessoa e seu domicílio.

- Ⓐ O domicílio necessário do servidor público é o lugar em que ele exerça permanentemente suas funções.
- Ⓑ Quando a pessoa natural não possuir residência habitual, o seu domicílio será o lugar do imóvel em que por último ela tenha residido.
- Ⓒ O domicílio necessário do marítimo é o local do primeiro porto em que tocar a embarcação, ou, quando se afastar da margem, o último em que houver tocado.
- Ⓓ O domicílio necessário do militar do Exército Brasileiro é a sede do comando ao qual ele esteja imediatamente subordinado.
- Ⓔ O domicílio necessário do incapaz é o do seu ascendente direto.

Questão 49

Relativamente aos bens considerados em si mesmos, podem ser considerados como bens móveis, por determinação legal,

- Ⓐ materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele serem reempregados.
- Ⓑ o direito à sucessão aberta e os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- Ⓒ as energias com valor econômico e tudo o que for incorporado ao solo de forma artificial.
- Ⓓ edificações que, separadas do solo, tenham sido removidas para outro local, conservando sua unidade.
- Ⓔ direitos reais sobre objetos móveis e ações referentes a direitos pessoais de caráter patrimonial.

Questão 50

No que se refere à invalidação do negócio jurídico, consoante as regras do Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ A aposição de digital em instrumento contratual de empréstimo consignado, como forma de assinatura, quando o mutuário é consumidor analfabeto, faz prova da sua impossibilidade de assinar, mas não da sua identidade, de modo a nulificar o negócio jurídico.
- Ⓑ O fato de o devedor cumprir, em parte, um negócio jurídico anulável, mesmo ciente do vício que o inquinava, importa a extinção de todas as ações ou exceções de que contra o negócio ele dispusesse.
- Ⓒ A aposição de digital em instrumento contratual de empréstimo consignado, como forma de assinatura, quando o mutuário é consumidor analfabeto, faz prova da sua identidade, mas não da sua impossibilidade de assinar, de modo a conferir vício de anulabilidade ao negócio jurídico.
- Ⓓ A assinatura por terceiro a rogo de consumidor analfabeto, em instrumento contratual de empréstimo consignado, tem o mesmo efeito jurídico que a aposição de digital como forma de assinatura.
- Ⓔ O ato de confirmação de um negócio jurídico nulo exige manifestação expressa de vontade.

Questão 51

Na obrigação de dar coisa certa, havendo deterioração da coisa por culpa do devedor, antes da tradição, poderá o credor

- Ⓐ resolver a obrigação ou exigir o valor equivalente à coisa, sem direito a reclamar indenização complementar em nenhum desses casos.
- Ⓑ resolver a obrigação ou aceitar a coisa no estado em que se achar, com direito a reclamar indenização complementar no primeiro caso.
- Ⓒ exigir o valor equivalente à deterioração ou aceitar a coisa no estado em que se achar, com direito a reclamar indenização das perdas e danos no segundo caso.
- Ⓓ exigir o valor equivalente à deterioração ou aceitar a coisa no estado em que se achar, com direito a reclamar indenização de perdas e danos em ambos os casos.
- Ⓔ exigir o valor equivalente à coisa ou aceitar a coisa no estado em que se achar, com direito a reclamar indenização de perdas e danos em ambos os casos.

Questão 52

Quanto ao inadimplemento obrigacional, assinale a opção correta, de acordo com as normas do Código Civil e o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

- Ⓐ A notificação destinada a comprovar mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.
- Ⓑ Havendo pena convencional e provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar.
- Ⓒ Nas obrigações provenientes de ato ilícito, a mora do devedor se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
- Ⓓ A multa moratória compreende uma faculdade disjuntiva ao credor, na medida em que não é cabível a sua cumulação com perdas e danos.
- Ⓔ Em se tratando de cláusula penal prevista em obrigação indivisível, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena, de modo que o credor poderá demandá-la integralmente de qualquer um dos devedores.

Questão 53

Considerando a classificação dos contratos quanto ao sacrifício patrimonial das partes, assinale a opção que contém somente espécies de contratos que, como regra geral, são gratuitos.

- Ⓐ doação pura e simples e locação de coisas
- Ⓑ depósito voluntário e doação pura e simples
- Ⓒ comodato e locação de coisas
- Ⓓ comodato e seguro
- Ⓔ depósito voluntário e seguro

Questão 54

No que se refere às normas atinentes à administração da sociedade limitada constantes do Código Civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante a emissão de certificado solicitado à junta comercial em que estiverem registrados os atos constitutivos da sociedade.
- Ⓑ Enquanto o capital social não estiver integralizado, a designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da maioria dos sócios.
- Ⓒ Relativamente à sociedade e aos terceiros, torna-se eficaz a renúncia realizada pelo administrador a partir do momento da publicação da respectiva averbação no registro competente.
- Ⓓ Instituído conselho fiscal na sociedade limitada, a atribuição de convocação de assembleia para deliberar sobre modificação do contrato social é privativa do conselho fiscal, reputando-se ilegal eventual convocação do administrador com tal finalidade.
- Ⓔ A administração atribuída no contrato social a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

Questão 55

O procedimento de constituição de uma sociedade anônima é dividido em três etapas, a seguir elencadas: a primeira diz respeito às providências preliminares; a segunda diz respeito à constituição propriamente dita; e a terceira é relacionada às formalidades complementares. Quanto a tais fases de constituição das sociedades anônimas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em se tratando de constituição por subscrição particular do capital social, o arquivamento e a publicação dos atos constitutivos compõem a referida segunda etapa do procedimento de constituição, sendo submetidos, posteriormente, à análise da Comissão de Valores Mobiliários.
- Ⓑ Em se tratando de constituição por subscrição particular do capital social, o depósito referente à integralização do capital e a intermediação de uma instituição financeira no procedimento de subscrição (*underwriting*) compõem a citada terceira etapa do procedimento de constituição.
- Ⓒ Em se tratando de constituição por subscrição pública do capital social, o registro na Comissão de Valores Mobiliários e a intermediação de uma instituição financeira no procedimento de subscrição (*underwriting*) compõem a citada primeira etapa do procedimento de constituição.
- Ⓓ Em se tratando de constituição por subscrição pública do capital social, o depósito referente à integralização do capital compõe a referida segunda etapa do procedimento de constituição e é condição para o registro na Comissão de Valores Mobiliários.
- Ⓔ Em se tratando de constituição por subscrição pública do capital social, o registro na Comissão de Valores Mobiliários compõe a referida primeira etapa do procedimento de constituição, enquanto a intermediação de uma instituição financeira no procedimento de subscrição (*underwriting*) compõe a citada terceira etapa do procedimento de constituição.

Questão 56

Joana e Fabrício viviam em união estável, tendo como domicílio um imóvel de propriedade condominial de Fabrício e de seu irmão, Pedro, em iguais proporções. Fabrício faleceu, e, então, Joana, ocupante contínua do mesmo imóvel, foi citada para responder ação judicial movida por Pedro, que continha como pedidos principais: (1) a extinção do condomínio e a consequente venda integral do imóvel por via judicial; e (2) a condenação de Joana ao pagamento de aluguéis desde o momento da abertura da sucessão.

Devidamente assistida por advogado, Joana contestou a ação, alegando a impossibilidade de extinção do condomínio e o não cabimento de cobrança de aluguéis, com fundamento no direito real de habitação.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- A Os pedidos formulados por Pedro possuem respaldo jurisprudencial, ressalvado o caso de alienação pela via judicial, de modo que, extinto o condomínio, caberá a Pedro, de maneira privada, dar continuidade à alienação desejada.
- B O direito real de habitação alegado por Joana não é apto a afastar o direito de percepção de aluguéis por Pedro.
- C O direito real de habitação é gratuito, razão pela qual Pedro não poderia exigir remuneração de Joana pelo uso do bem imóvel.
- D O pedido (1) está em consonância com o entendimento do STJ de que é autorizado exigir a extinção do condomínio e a alienação judicial do bem imóvel comum, mesmo perdurando direito real de habitação, no entanto o pedido de condenação ao pagamento de aluguéis não possui guarida jurisprudencial.
- E O pedido (2) está em consonância com o entendimento firmado pelo STJ quanto à cobrança de remuneração correspondente ao uso exclusivo do imóvel por Joana, no entanto o pedido de extinção do condomínio não possui guarida jurisprudencial.

Questão 57

De acordo com o disposto no Código Civil relativamente a aceitação e renúncia de herança, assinale a opção correta.

- A A renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento particular ou termo judicial.
- B Os atos officiosos realizados pelo herdeiro, como o funeral do finado, exprimem a aceitação da herança.
- C Os atos de aceitação ou de renúncia de herança são irrevogáveis.
- D O herdeiro pode sujeitar a aceitação parcial da herança à condição suspensiva.
- E A cessão gratuita, pura e simples, da herança praticada por um herdeiro em benefício dos demais co-herdeiros importa aceitação da herança.

Questão 58

As normas processuais civis

- A regulam-se pela ultratividade.
- B aplicam-se somente aos processos futuros.
- C têm aplicação imediata.
- D facultam às partes refazer os atos praticados.
- E retroagem se mais benéficas.

Questão 59

Na propositura de ação que tenha por objetivo discutir direito que se imponha sobre prédio serviente em benefício do dominante, o réu

- A deverá ajuizá-la no foro onde está situado o imóvel.
- B deverá ajuizá-la no foro do domicílio do réu ou onde está situado o imóvel.
- C poderá optar por ajuizá-la no foro de eleição.
- D poderá ajuizá-la no foro do domicílio do réu.
- E poderá ajuizá-la no foro do seu domicílio, caso seja desconhecido o domicílio do réu.

Questão 60

Os pressupostos necessários para postular em juízo, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC), incluem

- I interesse.
- II legitimidade.
- III possibilidade jurídica do pedido.
- IV capacidade.
- V boa-fé.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

Questão 61

Assinale a opção que apresenta ato atentatório à dignidade da justiça, que enseja aplicação de multa, de acordo com o CPC.

- A provocar incidente manifestamente infundado
- B criar embaraços ao cumprimento de decisão judicial
- C alterar a verdade dos fatos
- D usar do processo para conseguir objetivo ilegal
- E opor resistência injustificada ao andamento do processo

Questão 62

De acordo com o STJ, para o Estado intervir em uma causa, deve estar presente

- A a necessidade de esclarecer questões de fato.
- B o reflexo de natureza econômica.
- C a necessidade de juntar documentos úteis ao exame da matéria.
- D o interesse jurídico.
- E a possibilidade de deslocamento da causa.

Questão 63

De acordo com o CPC, não será exigida a prova

- A quando ela for fundada naquilo que costuma ocorrer.
- B excessivamente onerosa à parte que precise produzir.
- C que recaia sobre direito indisponível.
- D que represente extrema dificuldade, reconhecida pelo juiz, do ônus atribuído à parte que precise produzir.
- E em cujo favor milita presunção legal de veracidade.

Questão 64

Para que haja suspensão, por decisão do relator, da eficácia da decisão recorrida, basta que

- A da imediata produção de seus efeitos haja risco de dano de difícil reparação e seja demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- B o recurso seja protelatório e a suspensão da decisão possa causar dano de difícil reparação ao recorrido.
- C da imediata produção de seus efeitos haja risco de dano grave.
- D o recurso seja protelatório e seja demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- E o recurso seja protelatório, haja risco de dano grave e seja demonstrado que a decisão recorrida está de acordo com jurisprudência dominante.

Questão 65

Na execução fundada em título extrajudicial, a fazenda pública, citada, poderá

- A impugnar a execução se houver excesso de execução, prescrição ou nulidade do título.
- B opor embargos alegando inexecutibilidade ou nulidade do título.
- C impugnar a execução alegando nulidade do título ou causa modificativa ou extintiva da obrigação.
- D opor embargos, podendo apenas alegar causa modificativa ou extintiva da obrigação.
- E opor embargos, podendo apenas alegar causa extintiva da obrigação ou prescrição.

Questão 66

Ação de improbidade administrativa interposta contra ministro de Estado deve ser processada e julgada

- A no Tribunal de Justiça do Estado do local do dano.
- B no Tribunal Regional Federal do local do dano.
- C em instância ordinária.
- D no Supremo Tribunal Federal.
- E no Superior Tribunal de Justiça.

Questão 67

Tem por objeto reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do poder público,

- A arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- B mandado de segurança coletivo.
- C incidente de arguição de inconstitucionalidade.
- D ação popular.
- E mandado de injunção.

Questão 68

Nos juizados especiais da fazenda pública, o valor da causa

- A decorre do valor do cumprimento de sentença.
- B não poderá exceder o valor de quarenta salários mínimos.
- C exclui do cálculo as obrigações vincendas.
- D impede o pagamento da obrigação por precatório, devendo ser efetuado por requisição.
- E será considerado individualmente para cada autor em litisconsórcio facultativo.

Questão 69

Se o não uso da faixa de atribuições fosse perecível, o próprio Texto Supremo ficaria comprometido, posto na contingência de ir perdendo parcelas de seu vulto, à medida que o tempo fluísse e os poderes recebidos pelas pessoas políticas não viessem a ser acionados, por qualquer razão histórica que se queira imaginar.

Paulo de Barros Carvalho. Curso de direito tributário. 30.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

A característica da competência tributária abordada no texto apresentado diz respeito ao fato de ela ser

- A indelegável.
- B irrenunciável.
- C privativa.
- D incaducável.
- E de exercício facultativo.

Questão 70

A respeito da repartição de receitas, consoante a Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- I Pertencem ao estado, ao Distrito Federal ou ao território de origem 30% do que for arrecadado a título de IOF incidente sobre ouro, quando este é definido como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- II 20% do que a União arrecadar com impostos extraordinários pertencerão aos estados e ao Distrito Federal.
- III A União entregará aos estados e ao Distrito Federal 29% do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível.
- IV Pertencem aos municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B II e III.
- C II e IV.
- D I, II e IV.
- E I, III e IV.

Questão 71

Considerando-se as espécies tributárias e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que taxas podem ser cobradas em decorrência de

- A serviços específicos e divisíveis prestados ou colocados à disposição do contribuinte, como as atividades de limpeza de logradouros públicos, por exemplo.
- B serviços específicos prestados ou colocados à disposição dos contribuintes, como prevenção e combate a incêndios, por exemplo.
- C serviços específicos e divisíveis prestados ou colocados à disposição dos contribuintes, como as atividades de coleta de lixo domiciliar, por exemplo.
- D serviços específicos, desde que efetivamente utilizados pelos contribuintes, como ocorre com a taxa judiciária, por exemplo.
- E serviços específicos e divisíveis prestados ou colocados à disposição dos contribuintes, como a iluminação pública, por exemplo.

Questão 72

Suspende a exigibilidade do crédito tributário

- A o pagamento.
- B a consignação em pagamento.
- C a compensação.
- D a moratória.
- E a transação.

Questão 73

Um procurador de estado verificou erro na certidão de dívida ativa (CDA) que havia instruído o executivo fiscal e, visando corrigir o equívoco observado, propôs a substituição da CDA.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 6.830/1980 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é possível a substituição da CDA com a finalidade de

- A alterar fundamento legal do lançamento até a decisão em primeira instância.
- B alterar o sujeito passivo da obrigação tributária até a decisão de primeira instância.
- C realizar nova apuração do tributo até a decisão de primeira instância.
- D realizar a imputação de pagamento, ocorrida anteriormente à inscrição do débito, até a decisão de primeira instância.
- E corrigir o número do processo administrativo ou do auto de infração até a decisão em primeira instância.

Questão 74

Segundo o Código Tributário Nacional, ainda que os créditos não sejam correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, haverá responsabilidade pessoal

- A dos sócios no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- B dos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- C dos administradores de bens de terceiros pelos tributos devidos por estes.
- D do espólio pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
- E do síndico pelos tributos devidos pela massa falida.

Questão 75

Nos termos do Decreto estadual n.º 10.306/2011, no estado de Alagoas, constitui hipótese de não incidência do ITCD

- A a retratação de contrato de doação que já houver sido lavrado e transcrito.
- B a doação de bens e direitos no caso de doador com domicílio ou residência no exterior.
- C a doação, a partido político, de bens e direitos, independentemente da destinação.
- D a renúncia pura e simples de herança, desde que o renunciante não tenha praticado nenhum ato no sentido de aceitá-la.
- E a renúncia, na cessão não onerosa e na desistência de herança, com determinação do beneficiário.

Questão 76

O governador de um estado editou decreto com as seguintes determinações.

- I Incorporação, à legislação tributária estadual, de convênio firmado no âmbito do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), referente a benefício fiscal de ICMS relativo às operações com energia elétrica.
- II Alteração da data de vencimento para recolhimento do ICMS, considerando-se o período posterior à ocorrência do fato gerador, em relação às operações envolvendo comércio de bebidas.
- III Antecipação do pagamento do ICMS, para momento anterior à ocorrência do fato gerador, pelos estabelecimentos comerciais que, localizados no estado, sejam adquirentes de tecidos de outros estados.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- A apenas o dispositivo I do decreto é constitucional.
- B apenas os dispositivos I e II do decreto são constitucionais.
- C apenas o dispositivo II do decreto é constitucional.
- D apenas os dispositivos II e III do decreto são constitucionais.
- E apenas o dispositivo III do decreto é constitucional.

Questão 77

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em uma operação interestadual de mercadorias, se o estado de origem conceder crédito presumido de ICMS, sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ,

- A será válido ao estado de destino glosar totalmente os créditos fiscais atribuídos ao estabelecimento receptor das mercadorias.
- B não será válido ao estado de destino glosar os créditos fiscais em nenhuma hipótese, porquanto não é facultado à administração pública deste declarar a nulidade de lei concessiva de benefício tributário editada pelo estado de origem.
- C será válido ao estado de destino glosar proporcionalmente os créditos fiscais atribuídos ao estabelecimento receptor das mercadorias.
- D não será válido ao estado de destino glosar os créditos fiscais, exceto se o estado de origem ressarcir o contribuinte pelos prejuízos ocasionados.
- E não será válido ao estado de destino glosar os créditos fiscais, exceto se houver deliberação no âmbito do CONFAZ.

Questão 78

Nos termos da Lei n.º 8.137/1990 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, se determinado comerciante contribuinte de ICMS deixar de recolher o valor desse tributo cobrado do adquirente da mercadoria ou do serviço, tal conduta

- A poderá ser considerada crime, desde que demonstrados o dolo específico de apropriação e a caracterização de fraude, ainda que se trate de inadimplência pontual do contribuinte.
- B não poderá ser considerada crime, mas mero inadimplemento fiscal, haja vista previsão constitucional no sentido da impossibilidade de prisão por dívida.
- C poderá ser considerada crime, desde que demonstrados o dolo específico de apropriação, a inadimplência sistemática do contribuinte e a caracterização de fraude.
- D poderá ser considerada crime, desde que demonstrado o dolo específico de apropriação, bem como a inadimplência sistemática do contribuinte, independentemente da caracterização de fraude.
- E poderá ser considerada crime, ainda que o inadimplemento tenha decorrido de erro no recolhimento do tributo.

Questão 79

Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Estado alcança o seu desiderato de equilíbrio ambiental ao fortalecer os instrumentos de proteção e participação política dos entes públicos em todos os espaços por meio

- A** do dever estatal de prevenção e precaução.
- B** da uniformidade da política ambiental.
- C** do federalismo cooperativo ecológico.
- D** da maximização do pluralismo, unicamente.
- E** da discricionariedade do Estado.

Questão 80

Com relação ao princípio da predominância do interesse, assinale a opção correta.

- A** Esse princípio reduz a participação da coletividade na gestão dos recursos ambientais.
- B** A aplicação desse princípio restringe-se à teoria do fato consumado.
- C** Esse princípio estabelece que cabem à União as matérias de interesse geral e cabem aos estados os assuntos de interesse regional.
- D** Esse princípio admite a duplicidade de licenciamentos por entes federativos.
- E** Estados e municípios não podem ter postura mais restritiva em matéria de proteção ambiental do que os normativos do âmbito federal.

Questão 81

Considerando o tripé constitucional da responsabilidade ambiental (administrativa, civil e penal), assinale a opção correta.

- A** A competência para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é privativa dos estados.
- B** Compete privativamente à União legislar sobre caça, pesca e fauna.
- C** Compete privativamente à União a proteção de áreas ameaçadas de degradação e dos atos que afetem desfavoravelmente a biota.
- D** Apenas a responsabilidade administrativa admite atuação legislativa concorrente dos demais entes federativos para suplementar a legislação federal na matéria.
- E** Crimes ambientais ocorridos em determinado estado-membro poderão ser julgados com base no arcabouço normativo penal estadual.

Questão 82

Assinale a opção que apresenta a ação própria para que o Ministério Público possa requerer que a administração pública anule ato lesivo ao patrimônio público.

- A** ação popular
- B** ação penal pública
- C** ação civil pública
- D** mandado de segurança coletivo
- E** mandado de injunção ambiental

Questão 83

Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o licenciamento ambiental localizado em

- A** mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal.
- B** área delegada pela União por convênio aos estados ou ao Distrito Federal.
- C** floresta de vegetação natural de preservação permanente.
- D** área cujo impacto ambiental direto ultrapasse os limites territoriais de um ou mais municípios.
- E** zona econômica exclusiva ou desenvolvido em parceria com país limítrofe.

Questão 84

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, é dever do proprietário de imóvel serviente

- A** manter a área sob servidão ambiental.
- B** documentar as características ambientais da propriedade.
- C** defender judicialmente a servidão ambiental.
- D** prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade.
- E** monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida.

Questão 85

Assinale a opção que apresenta hipótese de dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

- A** derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo de água, para consumo final
- B** extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo
- C** uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais rurais
- D** uso para fins de aproveitamento de potenciais hidrelétricos
- E** uso que altere o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água

Questão 86

Assinale a opção que apresenta categoria de unidade de conservação que integra o grupo das unidades de uso sustentável.

- A** estação ecológica
- B** reserva biológica
- C** parque nacional
- D** refúgio da vida silvestre
- E** floresta nacional

Questão 87

Em caso de preempção, poderá o município

- A** criar área de proteção cultural ou histórica, desde que autorizado pelo estado ou pela União.
- B** exercer seu direito de compra do imóvel urbano mediante notificação ao proprietário, no prazo de um ano.
- C** exercer seu direito de preempção para execução de projetos de construção da sede da prefeitura.
- D** desapropriar o imóvel urbano, caso a alienação para terceiro seja realizada em desconformidade com a proposta de venda.
- E** criar espaços públicos de lazer e áreas verdes.

Questão 88

Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem as providências legais pelo proprietário,

- A** eventuais desapropriações com pagamentos em títulos terão poder liberatório para pagamento de tributos.
- B** a notificação de inadimplência pelo Poder Executivo municipal deverá ser averbada no cartório de registro de imóveis.
- C** o município poderá proceder à desapropriação do imóvel, sem indenização.
- D** o município manterá a cobrança pela alíquota mínima, até que se cumpra a referida obrigação.
- E** a transmissão do imóvel, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, cessará as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização do solo urbano.

Questão 89

Considerando-se as disposições do Decreto n.º 6.514/2008, é correto afirmar que, na hipótese de desmatamento de mata nativa sem a devida autorização,

- A** é direito do autuado ser notificado pessoalmente pela autoridade julgadora, sob pena de nulidade.
- B** o CONAMA pode conceder pedido de efeito suspensivo ao recurso, desde que haja pedido do recorrente.
- C** é indispensável a participação do órgão da Procuradoria-Geral Federal mediante parecer fundamentado.
- D** ao autuado cabem todos os meios de prova dos fatos que tenha alegado, que devem integrar os autos, sob pena de cerceamento de defesa.
- E** a necessidade de reparação integral da lesão causada ao meio ambiente permite a cumulação de obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar.

Questão 90

Acerca das contribuições para a seguridade social, assinale a opção correta.

- A** É inconstitucional a progressividade sobre a base de cálculo de contribuições previdenciárias a cargo de servidores públicos.
- B** É vedada a concessão de moratória, de parcelamento, de remissão e de anistia de contribuições para a seguridade social.
- C** Havendo déficit atuarial no custeio de regime próprio, somente a União pode autorizar a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor de proventos de aposentadoria e pensões que supere o valor do salário mínimo.
- D** Somente lei complementar da União pode instituir novas fontes de custeio para a seguridade social.
- E** A alíquota da contribuição social sobre a receita de concurso de prognósticos corresponde ao percentual vinculado à seguridade social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.

Questão 91

João, profissional autônomo regularmente filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), está em gozo de auxílio-doença desde junho de 2021.

Maria, empregada doméstica, está desempregada desde abril de 2020.

Pedro é professor empregado, mas está licenciado sem remuneração desde maio de 2020.

Julia é empregada e está em gozo de auxílio-acidente desde fevereiro de 2020.

Sérgio é tenente da Força Aérea Brasileira (FAB) há 6 meses.

Todos verteram 100 contribuições para o RGPS.

À luz dessas informações, assinale a opção correta.

- A** Sérgio mantém a qualidade de segurado até 6 meses após o seu ingresso na FAB.
- B** Pedro mantém a qualidade de segurado por 12 meses, prorrogáveis pelo mesmo período.
- C** João mantém a qualidade de segurado independentemente do prazo em que esteja no gozo de auxílio-doença.
- D** Maria mantém a qualidade de segurada por 24 meses, prorrogáveis por mais 12 meses.
- E** Julia mantém a qualidade de segurada enquanto estiver em gozo de auxílio-acidente.

Questão 92

A respeito do regime próprio de previdência social dos servidores civis titulares de cargos efetivos, considerando a inexistência de direito adquirido, assinale a opção correta.

- A** No citado regime de previdência, não poderá haver proventos de aposentadoria inferiores ao salário mínimo nem superiores à remuneração máxima existente no serviço público.
- B** Desde a alteração promovida pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, não há mais obrigatoriedade de os municípios instituírem seus regimes próprios de previdência social.
- C** O servidor público aposentado compulsoriamente tem direito à percepção de proventos integrais.
- D** As regras para o cálculo de proventos de aposentadoria no regime próprio de previdência social são estabelecidas em lei ordinária da União.
- E** Após a Emenda Constitucional n.º 103/2019, extinguiu-se a possibilidade de percepção do abono de permanência.

Questão 93

Acerca das espécies de benefícios e das prestações previdenciárias, em especial o auxílio-reclusão e o auxílio-doença, assinale a opção correta.

- A** O auxílio-doença não acidentário é devido ao segurado que possua ao menos seis contribuições ao RGPS e se encontre impossibilitado de exercer suas atividades por 15 dias.
- B** O auxílio-reclusão tem carência de 12 contribuições para o RGPS.
- C** O auxílio-reclusão é devido ao segurado de baixa renda que, preso em regime fechado, tenha cumprido a carência exigida por lei.
- D** O exercício de atividade remunerada pelo recluso implica a cessação do benefício previdenciário.
- E** Ao segurado que tiver sofrido acidente de trabalho no próprio local de trabalho, a lei garante a manutenção do seu contrato de trabalho por 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de ele ter gozado auxílio-acidente.

Questão 94

No que se refere ao RGPS, em especial ao salário de benefício, à renda mensal inicial e à revisão de benefícios e prestações previdenciárias, assinale a opção correta.

- A** O valor dos benefícios e das prestações previdenciárias do RGPS é calculado sobre o salário de benefício.
- B** A renda mensal inicial da pensão por morte equivale a 50% da aposentadoria do instituidor, com adicional de 10% para cada dependente adicional, até o limite de 100% do benefício.
- C** O pensionista pode postular a revisão da aposentadoria deixada pelo segurado, para auferir eventuais parcelas não prescritas resultantes da readequação do benefício original, bem como os reflexos no valor da pensão por morte.
- D** Somente as contribuições efetivamente recolhidas pela empresa ou pelo empregador doméstico serão computadas no cálculo do valor da renda mensal inicial do segurado empregado ou do empregado doméstico, respectivamente.
- E** A renda mensal inicial do auxílio-doença corresponde a 100% do salário de benefício.

Questão 95

Jones presta serviço de natureza contínua à família de Bianca, na casa dela, em atividade sem fim lucrativo. Ele é pai de Lucas, de 8 anos de idade.

Pedro é padre na Igreja Católica.

Amanda, irmã de Joana, que tem 24 anos de idade e é inválida, não exerce atividade remunerada.

Tendo como referência essas informações, assinale a opção correta.

- Ⓐ A invalidez de Joana exonera a prova de dependência econômica à Amanda.
- Ⓑ Para Jones receber o salário-família, basta que ele apresente à previdência social a certidão de nascimento de seu filho.
- Ⓒ Eventual não recolhimento das contribuições devidas por Bianca e por Jones ao RGPS impedirá o reconhecimento do tempo de serviço prestado por ele.
- Ⓓ Será possível a inscrição *post mortem* de Pedro no RGPS.
- Ⓔ Joana não pode ser considerada dependente de Amanda para fins previdenciários.

Questão 96

No RGPS, considerando-se a inexistência de direito adquirido, é permitido acumular

- Ⓐ auxílio-doença com auxílio-reclusão.
- Ⓑ auxílio-doença com salário-maternidade.
- Ⓒ duas pensões por morte, desde que sejam diversos os cônjuges ou companheiros falecidos.
- Ⓓ auxílio-doença com aposentadoria por tempo de contribuição.
- Ⓔ auxílio-acidente com seguro-desemprego.

Questão 97

Caio, servidor público, tem 20 anos de atividade profissional, incluídos nesse tempo 2 anos como trabalhador rural sem contribuição e 18 anos como servidor público com contribuição. Nos últimos 2 anos, ele também trabalha como professor em faculdade privada, com contribuição.

Sandra é empregada pública celetista com 20 anos de atividade e 20 anos de contribuição.

Murilo é militar com recolhimento de 12 contribuições previdenciárias como facultativo em sua alíquota mínima.

À luz das informações apresentadas, assinale a opção correta, considerando as regras sobre a contagem recíproca de tempo de serviço.

- Ⓐ Murilo não pode utilizar o tempo de contribuição como facultativo para obter a inatividade militar.
- Ⓑ Para utilizar o período cumprido como trabalhador rural, Caio não precisa indenizar o regime previdenciário a que se encontra vinculado.
- Ⓒ Será computado como tempo de serviço efetivamente prestado por Caio o período em que ele tiver recolhido, concomitantemente, contribuições como servidor público e como professor em faculdade privada.
- Ⓓ Caio pode desaverbar o tempo prestado a regime próprio de previdência social, ainda que esse tempo tenha gerado efeitos remuneratórios como adicionais por tempo de serviço.
- Ⓔ O regime próprio de previdência será compensado se Sandra, ao se aposentar, estiver no gozo de cargo em comissão da Presidência da República.

Questão 98

Acerca do processo de justificação e demais ações judiciais em matéria previdenciária, assinale a opção correta, considerando o RGPS.

- Ⓐ Conforme jurisprudência do STF, exige-se a comprovação do prévio requerimento administrativo como condição para o exercício do direito de ação previdenciária.
- Ⓑ Os juizados especiais da fazenda pública não têm competência para o julgamento de ações decorrentes de acidente de trabalho em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte.
- Ⓒ O termo inicial da aposentadoria por invalidez, previamente requerida na esfera administrativa, é a data da citação válida do ente previdenciário.
- Ⓓ Inadmite-se ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público em matéria previdenciária.
- Ⓔ O termo *a quo* para análise da decadência do direito de revisar pensão por morte mediante revisão da renda mensal inicial da aposentadoria que a originou é a data do óbito do instituidor.

Questão 99

A respeito do regime de previdência complementar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em situação de déficit atuarial, para impedir a liquidação de entidade de previdência privada, é lícito o aporte de recursos adicionais por entes públicos ao respectivo plano de benefícios.
- Ⓑ Desde que assim seja expresso no contrato de trabalho, as contribuições do empregador, previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada, podem integrar o contrato de trabalho dos participantes.
- Ⓒ A despesa administrativa da entidade de previdência complementar fechada será custeada pelo patrocinador, salvo se constatado déficit atuarial, caso em que ela poderá ser cobrada dos participantes e assistidos, na forma do regulamento.
- Ⓓ Quando já concedida a complementação de aposentadoria por entidade fechada de previdência privada, é inviável a inclusão dos reflexos de quaisquer verbas remuneratórias reconhecidas pela justiça do trabalho nos cálculos da renda mensal inicial da complementação de aposentadoria.
- Ⓔ É o momento da adesão do participante ao plano fechado de previdência complementar que define o regulamento do cálculo da renda mensal inicial do benefício complementar.

Questão 100

Com relação ao Regime Previdenciário dos Servidores do Estado de Alagoas, previsto na Lei Complementar estadual n.º 52/2019, assinale a opção correta.

- Ⓐ A referida lei complementar criou a Alagoas Previdência e, com isso, estabeleceu regras de previdência complementar ao regime próprio de previdência estadual.
- Ⓑ As contribuições previdenciárias dos segurados ativos, aposentados e pensionistas estaduais, vertidas em favor da Alagoas Previdência, serão de 14% a incidir sobre a totalidade da remuneração do cargo efetivo.
- Ⓒ O servidor público estadual aposentado por invalidez deve submeter-se à avaliação periódica comprobatória da condição até completar os sessenta anos de idade, sob pena de suspensão do benefício.
- Ⓓ O servidor público estadual, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, aos 75 anos de idade.
- Ⓔ No âmbito do regime previdenciário em questão, é vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte de cônjuge ou companheiro.